



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

Identificação da Ata

Título: Relatório de Inspeção nas Unidades Penitenciárias

Código:

Reunião: 2ª Reunião do
Comitê de Políticas
Penais

Data: 05 de junho

Horário: 09h

Local: Palácio da Justiça

Pauta

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, nesta Cidade de Rio Branco, ocorreu a 2ª Reunião do Comitê Político Penal do Estado do Acre. A Reunião teve como pauta apresentação do Relatório de Inspeção Extraordinárias nas unidades prisionais do Acre. Onde o documento aborda as visitas e inspeções em todas as unidades prisionais e socioeducativas do Estado do Acre. Identificando as violações, necessidades e desafios que precisam ser enfrentados de maneira conjunta por órgãos públicos e entidades a articulação e integração entre o Poder Judiciário e as Instituições que atuam no Sistema de Justiça Criminal e da sociedade civil como instância de governança Intersetorial para as políticas penais em nível estadual, com o objetivo de qualificar a aplicação das penas e medidas, garantir a dignidade e cidadania às pessoas privadas de liberdade, em alternativas penais e egressas dos Sistemas, bem como melhorar a capacidade de gestão da política judiciária. Também foi apresentado a composição dos Grupos de Trabalho que compõem o Comitê. São seis GT's com as seguintes áreas: Política de Saúde no âmbito do Sistema de Justiça Criminal; Políticas de Cidadania no Sistema Prisional; Ações e prevenção à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes no âmbito da Justiça Criminal e da execução penal; Políticas para o fortalecimento da proporcionalidade penal; políticas para populações mais vulneráveis; Procedimentos relativos a pessoas indígenas acusadas, réus, condenadas ou privadas de liberdade e enfrentamento ao racismo no âmbito do sistema de Justiça Criminal. Os representantes das instituições manifestaram-se no sentido da importância da criação e a composição do Comitê de Políticas Penais, que traduz todo o sentimento dos atores do sistema de justiça e também da sociedade organizada no sentido que as políticas públicas voltadas para minoria do sistema penitenciário, do Sistema de Justiça como um todo, sem esquecer da pessoa egressa devem conversar, dialogar de forma permanente, imbuída das pretensões da utilização do sistema que irá refletir em toda a sociedade, inclusive em cumprimento aos mandamentos contidos no Pacto de São José da Costa Rica, nossa Constituição Federal e também no Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal. Portanto, a composição de conselhos e grupo de trabalho, a natureza das atividades irá desencadear situações complexas, porém irão contribuir para todo o sistema penitenciário e também para nossa sociedade. Tivemos a presença do Superintendente do Ministério do Trabalho, o senhor Leonardo Lani, que destacou a importância das oportunidades de trabalho aos egressos como forma de ressocialização. E colocou-se a disposição para integrar como membro do Gt 2 Políticas de Cidadania no Sistema Prisional: qualificar Políticas para egressos, Educação, leitura e práticas sociais, esporte cultura e lazer, geração de trabalho e renda, participação social. Passada a palavra ao Doutor Gabriel Maia - da Ordem dos Advogados solicitou integrar o GT3 - Ações de prevenção à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas e degradantes no âmbito da justiça criminal e da execução penal. Pamela Vilella- Consultora Estadual do Programa Fazendo Justiça do CNJ ponderou a importância da construção dos diálogos interinstitucionais na construção de políticas públicas destinadas a pensar, construir e gerir os serviços de resposta estatal e de responsabilização penal. Demais convidados também contribuíram e fizeram suas reflexões dos mecanismos para garantir a efetividade de uma justiça restaurativa no âmbito da justiça criminal. Por fim, o Promotor de Justiça Tales Trannin, apresentou um vídeo sobre a atuação do MP nas fiscalizações das Unidades Penitenciárias de Rio Branco, mostrando as violações do cotidiano no cárcere.

Deliberação: Reunião dia 28 de junho às 14h, híbrido.

Local: Sala de Reuniões- 2ª andar da Sede do Tribunal de Justiça

Participantes

Nome	Instituição
Desembargador Francisco Djalma	GMF
Andréa Brito	GMF
Hugo Torquato	VEP
Juiz Robson Aleixo	GMF
Daniel Bomfim	1ª VCRIM
Marielle Guerra	MPT
André Casas	MPT
Marcos Frank	SEJUSP
Leonardo Lani	Superintência Regional do Trabalho do Acre
Gabriel Maia	OAB
Maria da Guia Araújo	OAB
Ocimar da Silva	MPAC
Andrias Sarkis	OAB
Antonio Araújo	OAB
Aretuza de Almeida	OAB
Tales Tranin	OAB
Luis Gustavo Medeiros	DPE
Louise Kristina Santana	TJAC

Walter Teixeira Filho	MPAC
Rodrigo Curti	MPAC
Jandira Maria	IAPEN
Glauber Feitoza	IAPEN
Liliane Moura	IAPEN
Glória Maria de Melo	Casa Civil
Maria de Nazaré Menezes	Pastoral Carcerária
Soleane de Souza	Ouvidoria da DPE
Claúdia Marques	Rede Mulherações
Pamela Villela	CNJ
Samyr Faria	FUNAI
Maria de Nazaré Alves	Comite de Combate à Tortura



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador FRANCISCO DJALMA da Silva**, **Desembargador(a)**, em 19/06/2023, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **1488986** e o código CRC **E476675B**.